

Palavras-chave

Arquitectura Penitenciária, Engenharia, Sistema Penitenciário, Presos Políticos, Penitenciários, (Estabelecimento Prisional) Prisões, Cadeias, Reformas penais, I Republica, Estado Novo, Estuques, Arte Sacra, Criminologia, Sociologia, Penalidade, Reinserção Social, Preservação do Património Histórico.

Resumo

A presente tese tem como objecto de estudo um dos mais enigmáticos edifícios da nossa capital, a Penitenciária Central de Lisboa, actualmente denominada como Estabelecimento Prisional de Lisboa.

Condenada pela sua ingrata mas importante função social, a Penitenciária de Lisboa tem sido vítima de um injusto e aparentemente inexplicável, apagamento de memória. Constituindo um marco incontornável no contexto da arquitectura e do sistema penitenciário em Portugal, o nosso objectivo é o de reconstituir o seu percurso e vivências, reabilitando no processo a sua imagem, memória e identidade histórica. Assim, para analisarmos a nossa maior e mais complexa “cidade punitiva” penitenciária, recorreremos a uma moderna metodologia de análise globalizante e integrada, abrindo caminhos de pesquisa em várias áreas do Conhecimento. Só assim conseguiremos provar que a antiga Penitenciária de Campolide merece todo o nosso respeito e que a sua existência centenária se traduz num importante legado histórico-patrimonial de elevada importância que urge apreender na sua amplitude e preservar.

Keywords

Prison Architecture, Engineering, Penitentiary Systems, Political Prisoners and prison inmates, Prisons, Jails, Penal Reform, Plasters, Religious Art, Criminology, Sociology, Penalty, Social Reintegration, Historical Heritage Preservation.

Abstract

The present thesis focus on one of the most enigmatic buildings of our capital, the Central Penitentiary of Lisbon, nowadays known as Estabelecimento Prisional de Lisboa.

Condemned by her ungrateful but yet important social role, the Penitentiary of Lisbon has been, until today, victim of an unfair and seemingly inexplicable loss of historical identity. Being an important reference concerning to architecture and Penitentiary System in Portugal, our goal is to restore her past, rehabilitating in the process her image, historical memory and identity. For that matter, in order to study our largest and most complex “punitive city”, we used a modern methodology, analyzing the subject in a wide and integrated study to open several points of interest in several paths of Knowledge. Only with this method we’ll be able to prove that the old Penitentiary of Campolide deserves all our respect towards her centenary existence and important historical legacy, that urges to be more deeply studied and preserved.

ÍNDICE

Introdução	14
Capítulo I - Em busca de uma prisão humanizada	22
1.1 Construção da utopia penitenciária.....	23
1.2 Materialização do sistema penitenciário.....	32
Capítulo II - Construção da utopia penitenciária portuguesa	46
2.1 Primeiros ecos de reforma	47
2.2 A Revolução Liberal portuguesa e as tentativas de reforma prisional	49
2.3 O ensaio sobre o sistema penitenciário do <i>Jornal da Sociedade Literária</i> <i>Patriótica</i>	53
2.4 O brutal despertar para a realidade carcerária portuguesa.....	56
2.5 O grande debate parlamentar de 1844	60
2.6 A afirmação do sistema filadélfiano em contexto português	63
2.7 O sistema penitenciário como ciência de regeneração	69
2.8 Nova filosofia penal e a inevitabilidade do sistema penitenciário	71
Capítulo III - A materialização da Penitenciária Central de Lisboa	75
3.1 A aprovação do projecto.....	76
3.2 As várias administrações da obras da Penitenciária.....	83
3.3 O grande escândalo da Questão da Penitenciária.....	88
3.4 A Questão da penitenciária, uma questão política.....	95
3.5 A Sindicância Parlamentar às obras da Penitenciária Central de Lisboa.....	100
3.6 As "penitenciárias" da Regeneração.....	106
3.7 Últimos obstáculos: quadro de funcionários e código penal.....	109

Capítulo IV - A complexa arquitectura funcionalista da Penitenciária Central de Lisboa	116
4.1 A fachada principal	117
4.1.1 O corpo central	119
4.1.2 A residência	125
4.1.3 A cocheira e a cavalaria	128
4.2 O edifício administrativo	130
4.2.1 O corredor iniciático.....	131
4.3 O edifício penitenciário radial	135
4.3.1 Redondo e anfiteatros	135
4.3.2 A monumental capela central romântica	141
4.3.3 As alas	155
4.3.4 Os pátios de isolamento	160
4.3.5 A cela, o microcosmos celular penitenciário.....	162
4.3.6 Parlatórios	167
4.4 Edifícios de apoio à cidade penitenciária	168
4.5 O Hospital anexo	169
4.6 Obras intermináveis	173
Capítulo V - A transcontextualidade da Penitenciária de Lisboa	179
5.1 A monarquia e a falência do sistema filadélfiano	180
5.2 República, presos políticos e capuz penitenciário	188
5.3 As alterações republicanas	208
5.4 De edifício notável a edifício a destruir	214
5.5 O Estado Novo: tribunais, prisões e a Avenida da Liberdade	221
5.5.1 A revolução prisional estadonovista e a Penitenciária Central de Lisboa	226
5.6 Vendido o Estabelecimento Prisional de Lisboa	233
Reflexões Finais	235
Bibliografia	243
Anexos	258

AGRADECIMENTOS

Qualquer feito ou objectivo que concretizamos na nossa vida, não é fruto de um trabalho individual mas sim colectivo. No tempo em que decorreu a investigação e elaboração deste trabalho partilhámos vivências e experiências com outras pessoas que nos deram coragem, força, inspiração, confiança, sabedoria e orientação.

Desde já os nossos maiores e mais sinceros agradecimentos à Professora Doutora Maria João Neto, por nos ter concedido o privilégio de ser a nossa orientadora de Mestrado. A sua orientação e pragmatismo, aliado à confiança que sempre em nós depositou, foram aspectos essenciais que permitiram que concluíssemos esta tese.

Ao Professor Doutor Victor Serrão por, nas suas aulas, nos ter aberto novas perspectivas e inculcido o gosto e o entusiasmo pela História da Arte Portuguesa, e ter demonstrado um grande sentido de humanidade e amizade na sua relação professor/aluno.

Agradecemos também ao Professor Doutor Luís Afonso pelos seus conselhos e palavras de apreço, confiança e coragem que sempre nos deu.

Agradecemos aos Professores Doutores Clara Moura Soares e Fernando Grilo e Pedro Barbosa pela sua amizade e constante disponibilidade, dentro e fora das aulas.

Agradecemos a todos os professores da nossa licenciatura em História da Arte e Património que contribuíram para a nossa formação crítica inculcando-nos preciosos instrumentos de trabalho e de pesquisa que permitiram a concretização desta tese. Também não nos podemos esquecer de todos os colegas de turma que nos deram forças e inspiração para concretizar esta tese, ajudando-nos nos momentos de maiores dúvidas e dificuldade.

No nosso processo de pesquisa tivemos o privilégio de encontrar profissionais que nos ajudaram na pesquisa de arquivo, como foi o caso de Paulo Tremoceiro, chefe de divisão da Torre do Tombo, sempre disponível para nos prestar ajuda na pesquisa da documentação. Também um muito obrigado à Dra. Isabel Mayer Godinho Mendonça, pela sua amabilidade e troca de impressões sobre estuques.

No âmbito dos Serviços Prisionais, gostaria de agradecer à Directora do Estabelecimento Prisional de Lisboa, a Dra. Eduarda Godinho, por me ter concedido autorização para estudar este centenário complexo penitenciário, no qual também trabalhei

nos últimos catorze anos como guarda e agora como coordenador do arquivo histórico dos serviços prisionais.

Também deixo aqui os meus mais sinceros agradecimentos ao Director do Centro de Estudos e Formação Penitenciária, o Dr. José Rodrigues Nunes, pela sua amizade, apoio e pragmatismo e por ter acreditado no nosso projecto de iniciar um novo pólo de arquivo histórico dos serviços prisionais, no qual será integrado e inventariado todo o rico espólio da Penitenciária Central de Lisboa, entre outros.

Agradeço à Dra. Teresa Pinheiro Torres, coordenadora do Arquivo Histórico do Norte dos Serviços Prisionais, pela sua amizade, apoio e por sempre ter acreditado nas nossas capacidades e projectos e por nos ter aceite como colega de trabalho nos arquivos históricos.

Um enorme agradecimento ao actual Director-Geral dos Serviços Prisionais, Dr. Rui Sá Gomes, pela sua simpatia e sensibilidade no contexto do património histórico prisional, acedendo ao nosso pedido para trabalhar e desenvolver projectos nesta área.

Um especial agradecimento ao capelão do Estabelecimento Prisional de Lisboa, por nos ter concedido uma visita guiada à Igreja de Campolide e fornecido dados no contexto religioso.

Também não nos podemos esquecer de todo o apoio que sempre tivemos por parte dos nossos colegas guardas prisionais que sempre nos escutaram e apoiaram nas horas mais difíceis, possibilitando muitas das vezes a concretização dos nossos objectivos no contexto da nossa formação académica. Um muito obrigado pela sua compreensão, disponibilidade e amizade.

Também queremos agradecer ao Chefe de Divisão de Arquivo e Património Histórico da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, o Dr. António Nunes, pela sua amizade, apoio e preciosa troca de impressões e informação histórica sobre o sistema prisional.

Na esfera pessoal os meus maiores agradecimentos à minha família e aos meus amigos, que foram a pedra basilar de todo o processo de elaboração desta tese. Muito obrigado por estarem sempre presentes e participarem em todo este processo, aceitando as minhas ausências e as minhas preocupações em relação à tese que estava a elaborar. Foram eles que nos providenciaram a força e ajuda necessária para concluir todo este trabalho.

Do fundo do meu coração um muito obrigado e cá estarei quando a vossa vez chegar.

Ao João Paulo

PLANO DE TRABALHO

Introdução

Capítulo I - Em busca de uma prisão humanizada

Para se conseguir compreender a real dimensão arquitectónica, histórica e social da Penitenciária Central de Lisboa há que, obrigatoriamente, compreender primeiro a mentalidade oitocentista que concebeu a utopia do sistema penitenciário, as respectivas fontes de influência e o processo de materialização arquitectónico associado. A Revolução Francesa ao propiciar uma mentalidade de mudança no que diz respeito à penalidade e à prisão, possibilitou a difusão dos conceitos penitenciários de regeneração e integração social do delincente, fazendo com que vários reformadores prisionais unissem esforços na concepção de uma arquitectura funcionalista que possibilitasse a viabilização do Sistema Penitenciário.

Numa perspectiva de combate sistemático ao Crime, regenerando no processo o delincente, centenas de penitenciárias emergiram por todo o mundo, quais cidades punitivas industriais, monumentos à emergência do Estado Liberal e indicadores do grau de desenvolvimento das nações liberais.

Capítulo II - Construção da utopia penitenciária portuguesa

Em Portugal, as intenções de implementação do sistema penitenciário e de edificação de uma “panóptica” surgem desde logo com a Revolução Liberal de 1820, mas apenas décadas mais tarde, em 1873, foi possível aprovar a construção de um colossal complexo penitenciário como a Penitenciária Central de Lisboa, o maior edificado em Portugal até hoje.

Os factores que inviabilizaram a implementação do sistema penitenciário no período pós revolução liberal, esbateram-se nas décadas seguintes, graças a trabalhos publicados por parte de observadores portugueses, que viajavam a outros países para tomarem contacto com os progressos da emergente Ciência Penitenciária. Também a estabilidade política do período

da Regeneração, com a sua política de Obras Públicas, a implementação de reformas no contexto penal e a emergência de novas ciências que indicavam as penitenciárias como a melhor solução de alguns dos graves problemas que afligiam a sociedade oitocentista, foram factores que viabilizaram a edificação da Penitenciária de Campolide, considerada como sendo uma infra-estrutura imprescindível para o desenvolvimento do país e da sociedade. A opção da tipologia arquitectónica penitenciária em que foi edificada, é uma consequência do processo de afirmação do Sistema Penitenciário em contexto português, tendo em linha de conta os modelos internacionais.

Capítulo III - A materialização da Penitenciária Central de Lisboa

O longo período de construção da Penitenciária, ou seja doze anos, não foi pacífico, tendo a condução das obras conhecido várias Administrações. A gestão danosa do processo edificativo teve implicações na queda do Governo da Granja, abrindo caminho para o Ministério de Fontes Pereira de Melo, após o que foi instaurada uma sindicância parlamentar.

Considerada como sendo uma das grandes “glórias” do Partido Regenerador, a penitenciária é politizada, reflectindo a mentalidade e a realidade oitocentista no contexto da política e das Obras Públicas.

Capítulo IV - A complexa arquitectura funcionalista da Penitenciária Central de Lisboa

A complexidade arquitectónica e espacial da Penitenciária Central de Lisboa é uma consequência directa da materialização do sistema penitenciário oitocentista filadélfiano. Cada detalhe de cada um dos espaços e dos edifícios que a compõem foram concebidos com uma função específica e a sua edificação é testemunha das técnicas de engenharia mais inovadoras da segunda metade do século XIX, recorrendo ao uso de materiais que eram produzidos à escala industrial, como o aço e o vidro.

O uso dos vitrais, do estuque de molde industrializado e de vidro colorido são também reflexo das correntes artísticas da época e de uma mentalidade que produziu uma obra única no património português, a monumental capela central penitenciária, luxuosamente decorada e extremamente rica em iconografia cristã, com apontamentos maçónicos.

Capítulo V - A transcontextualidade da Penitenciária de Lisboa

A percepção, leitura e funcionalidade de um objecto ou edifício, poder alterar-se ao longo das décadas, consequência do devir histórico e das mudanças no campo da Mentalidade e da Estética.

A secular existência do nosso objecto de estudo, permitiu-lhe atravessar vários períodos históricos. Se conhece momentos de grande glória no período monárquico, atravessa momentos difíceis e controversos na I Republica, chegando mesmo a ser denominada como "Bastilha Republicana", isto apesar de ter também sido transformada num avançado laboratório das ciências criminais positivistas vinculadas pelo pensamento republicano. Por outro lado, descontextualizada no processo da reforma prisional do Estado Novo e nos vários projectos de prolongamento da Avenida da Liberdade, o complexo punitivo passa também a ser encarado como um tampão e empecilho ao crescimento urbano da capital.

Chegando aos nossos dias mergulhada num incompreensível apagamento de memória e desprovida de uma identidade histórica, nunca lhe foi reconhecimento o seu valor como património de interesse nacional, o que acabou por facilitar a sua alienação do Património da Justiça através de uma venda...

Reflexões Finais

Bibliografia

Anexos

ABREVIATURAS/SIGLAS

AHDGSP – Arquivos Históricos da Direcção Geral dos Serviços Prisionais

BNP – Biblioteca Nacional Portuguesa

DGEMN- Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGSP – Direcção Geral dos Serviços Prisionais

DL – Decreto-Lei

EPL – Estabelecimento Prisional de Lisboa

GEO – Gabinete de Estudos Olisiponenses

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico

MOPCI - Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria

TT – Torre do Tombo

Penitenciária Central de Lisboa A Casa do Silêncio e o despontar da arquitectura penitenciária em Portugal

INTRODUÇÃO

Introdução

Sendo funcionário há já vários anos na Penitenciária de Lisboa, a monumentalidade e estética da sua fachada, assim como a elevada complexidade da sua estrutura radial e impressionante capela central, desde sempre me despertaram uma imensa curiosidade e fascínio. Durante anos, resultaram frustradas as tentativas de lançar alguma luz sobre o percurso histórico deste monumental complexo punitivo, mergulhado num alarmante e preocupante apagamento de memória, mesmo por parte da própria instituição a que pertence.

A Penitenciária nunca foi alvo de um processo de classificação enquanto património nacional¹ e factores como o desinteresse pelo imóvel por parte das entidades a que pertence, o apagamento da memória histórica em que está mergulhado e a especulação imobiliária, contribuíram para a sua alienação do património do Estado. A sua existência está neste momento comprometida ao ser equacionada a sua possível demolição, quer dos edifícios que a compõem, quer da magnífica e monumental capela central. Neste contexto, havia a urgência em desenterrar o passado histórico do edifício para lhe atribuir valências históricas e patrimoniais e lançar luz a um dos maiores edifícios civis da capital e mesmo do país.

Ao procurarmos bibliografia mais recente e específica sobre a Penitenciária, constatámos com alguma surpresa que esta era quase inexistente. As referências são muito sumárias, como é o exemplo na *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. Marques, que no período político da Regeneração faz uma brevíssima referência, entre muitas outras, à edificação das penitenciárias de Lisboa, Coimbra e Santarém². Regra geral, em obras generalistas como o *Dicionário da História de Lisboa*³, ou em histórias da arte portuguesa, não conseguimos localizar artigos sobre a penitenciária. José-Augusto França, no seu trabalho *Lisboa: História física e moral*, dedica-lhe muito pouca atenção, referindo num curto parágrafo ser a Penitenciária de Campolide um “*edifício de importante equipamento social*”, construída “*segundo as boas regras do género estudadas primeiro em França e depois em*

¹ Apesar de existir na ex-DGEMN uma excelente ficha de inventário de património sobre a Penitenciária, nunca foram feitas diligências para a sua classificação enquanto edifício de interesse nacional.

² Geralmente são referidas como obras da época da arquitectura do ferro e do vidro, a estação de caminhos-de-ferro do Rossio (1890), a ponte D. Maria Pia (1879) e D. Luís (1886) no Porto, o mercado da Praça da Figueira (1885) e o coliseu dos Recreios (1890) em Lisboa. Quanto às penitenciárias, a de Lisboa especificamente, sendo um edifício do ferro e do vidro construído na mesma época, considerámos estranha a sua ausência nas referências históricas daquela época.

³ *Dicionário da história de Lisboa* / dir. Francisco Santana, Eduardo Sucena. Lisboa : [s.n.], 1994.

Inglaterra”. Ora como veremos, o projecto final da Penitenciária de Lisboa (1874) é quase uma cópia da Penitenciária belga construída na cidade de Louvain, datada de 1860.

De facto as penitenciárias do período regenerador são aparentemente desconhecidas para muitos historiadores, que nos capítulos dedicados ao contexto das obras públicas deste período, apenas referem as melhorias então introduzidas nas redes fluviais e marítima, nas estradas, nas pontes, nos caminhos-de-ferro, nos correios, nos telégrafos, nos telefones e na iluminação.

Neste contexto de apagamento de memória, encontrámos dois discursos realizados em épocas distintas e que achámos curioso confrontar. O primeiro, proferido por Fernando Emygdio da Silva no âmbito das Comemorações do I Centenário do Ministério das Obras no ano de 1952, refere sobre o período da Regeneração, ter sido “(...) *um assombro o que se pode fazer: 600 quilómetros de estradas, as primeiras linhas férreas assentes (...); mais de cinquenta pontes; o telégrafo eléctrico; as obras do porto de Lisboa; o desassoreamento de alguns rios; as cartas topográficas ; o abastecimento de água à capital, as escolas agrícolas e industriais; as exposições; o primeiro serviço, a bem dizer nacional, dos correios; a adopção das estampilhas postais*”. Com tanto detalhe descritivo é de facto estranho a ausência de uma qualquer referência às penitenciárias então edificadas, especialmente a de Lisboa. E se esta está ausente no discurso de 1952, num outro discurso proferido na Câmara dos Pares no ano de 1877 pelo regenerador Barjona de Freitas, este afirma que “... *um governo que tem feito mais de 800Kilómetros de estradas ordinárias, perto de 1:000 de estradas discritais e municipais, tendo terminado quasi os caminhos-de-ferro do Minho e do Douro, e adquiriu excellente armamento para o exército, aumentou a marinha de guerra, construiu a Penitenciária (...) incontestavelmente merece o apoio do parlamento e do paiz*”⁴. Constatamos assim que entre um e outro discurso, as penitenciárias do período regenerador e em particular a monumental Penitenciária de Lisboa, desvanecem-se deixando no ar uma pergunta pertinente e à qual tentaremos responder no decurso deste trabalho; Qual o motivo, ou motivos, que concorreram para lançar a complexa e monumental Penitenciária de Lisboa num inexplicável apagamento de memória?

Para entendermos a Penitenciária de Lisboa e obtermos uma leitura mais profunda desta cidade punitiva, achámos que a simples descrição exaustiva dos seus espaços seria insuficiente. Considerando que a sua complexidade arquitectónica é um ponto de chegada e não um ponto de partida, havia a necessidade primária de entender a mentalidade que a gerou e materializou, pois apenas enquadrada na sua época podemos identificar um diversificado

⁴ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino, 27-01-1877, p.69.*

leque de influências e de elementos histórico-sociais que nos possibilita apreender o seu verdadeiro valor e dimensão na vertente do património edificado português. Neste sentido, para estudar a complexidade artística e arquitectónica do nosso maior complexo penitenciário, recorreremos a uma moderna metodologia de análise globalizante e integrada, abrindo caminhos de pesquisa em várias áreas do conhecimento e do saber onde identificámos pontos de ligação com a Penitenciária de Lisboa. Assim, localizámos informação no campo da Arte, da Estética, da Engenharia, da Arquitectura, da Mentalidade, da Criminologia, do Direito Penal, da Saúde, da Psiquiatria, da Política, da Sociologia, do Higienismo e da Ciência Penitenciária, entre outras.

No contexto internacional, no que diz respeito ao despontar da arquitectura penitenciária, recorreremos a Norman Johnston “*Forms of constraint: A history of prison Architecture*” e à excelente tese de doutoramento de Maria da Conceição Bidarra de Melo Trigueiros, *Da prisão à cidade punitiva: utopia e realidade* e que dedicou um pequeno e sumário capítulo ao nosso maior exemplar de arquitectura Penitenciária do século XIX, a Penitenciária de Lisboa. Também para uma primeira abordagem à temática das cadeias no período liberalista, o trabalho de Maria José Moutinho Santos, *A sombra e a luz: As prisões do liberalismo* foi fundamental para contextualizar a mentalidade portuguesa da época liberal, contendo uma sumária referência às penitenciárias construídas nesse período. Nesta linha de pensamento, o excelente trabalho de Tiago Pires Marques, *Crime e castigo no liberalismo em Portugal*, abriu-nos portas de entendimento para o processo evolutivo no campo da mentalidade penal e social, desenvolvimentos que, em última análise, possibilitaram a edificação da Penitenciária de Lisboa. Mas a obra que constituiu um inestimável ponto de partida para este trabalho foi a valiosa monografia publicada em 1917, sob o título *Cadeia Nacional de Lisboa (Penitenciária Central); Seu significado no problema penal português, sua história e descrição*, da autoria do seu então Director, o médico e político republicano Rodrigo Rodrigues.

Recorreremos também à imprensa publicada em várias épocas, tendo constituído os periódicos analisados uma valiosa fonte de informação no que diz respeito à opinião publicada sobre a Penitenciária de Lisboa e no que toca a elementos fotográficos, os quais possibilitaram reconstituir a vivência da “Casa do Silêncio” no alto de Campolide. Paralelamente, fomos acompanhando os vários debates e intervenções parlamentares que foram sendo realizados sobre esta Penitenciária.

No que diz respeito a arquivos, para além das informações da ficha de inventário elaborada pela DGEMN e respectivo acervo documental, localizámos também elementos

importantes nos acervos da Torre do Tombo, nomeadamente no fundo histórico do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria e no arquivo fotográfico, onde recolhemos elementos iconográficos. Nos arquivos do Gabinete de Estudos Olisiponenses descobrimos um espólio fotográfico do século XIX muito interessante, assim como no Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa. Outro arquivo de grande importância histórica é o da própria Penitenciária de Lisboa, infelizmente ainda por tratar e inventariar à data das nossas pesquisas⁵, mas que constitui um dos mais ricos e importantes espólios para o estudo da criminalidade portuguesa e não só, uma vez que ali deu entrada o primeiro penitenciário português em 1885 e ali se foram desenvolvendo e implementando os vários sistemas de regeneração e integração social de criminosos, preconizados pela Ciência Penitenciária desde o século XIX.

O repúdio pela penalidade do Antigo Regime, bem patente na mentalidade que emerge da Revolução Francesa, impulsiona a demanda de um sistema perfeito de regeneração para o delinquente, levando à concepção de uma das maiores utopias do século XIX, o Sistema Penitenciário que, em última análise, iria erradicar o crime da emergente sociedade liberal, garantindo a sua harmonia e pacificação social. Este sistema regenerativo exigia uma arquitectura funcionalista e inovadora, capaz de colocar em prática o complexo processo de reabilitação do delinquente e ao longo do século XIX a construção de penitenciárias por todo o mundo ocidental transforma-se num dos pressupostos para que um país fosse considerado civilizado. A esta corrente de pensamento não ficou Portugal alheio e de facto logo após a nossa revolução liberal em 1820 uma das primeiras preocupações é a reforma penal e prisional surgindo já a necessidade de implementação do moderno sistema penitenciário e consequente edificação de uma penitenciária. Será de facto em publicações da época como o *Jornal da Sociedade Literária Patriótica* ou em relatórios publicados no próprio *Diário do Governo* no ano de 1821 no seguimento das *Comissões para o melhoramento das cadeias*.

Desde o período da nossa revolução liberal (1820) até ao arranque da construção da Penitenciária (1873) há um longo percurso a percorrer no campo da mentalidade penal e social, constituindo a sua edificação um sinónimo de vários obstáculos ultrapassados. Neste processo não pudemos de deixar de referir alguns aspectos, como o grande e extenso debate parlamentar de 1844 em torno da problemática penitenciária, debate que polarizou opiniões

⁵ No seguimento da tese apresentámos à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais uma proposta de trabalho para tratarmos este arquivo, a qual foi aceite. Neste momento estamos a desenvolver um segundo pólo de Arquivo Histórico dos Serviços Prisionais onde irá ser integrado todo este espólio que abarca os períodos cronológicos de 1880 até à actualidade.

em torno dos dois grandes sistemas penitenciários importados nos anos 30 dos Estados Unidos da América para a Europa, o filadélfiano e o auburniano.

Nas décadas imediatamente anteriores ao arranque das obras da Penitenciária não podemos deixar de referir a importância e influência dos observadores portugueses enviados às várias penitenciárias que iam sendo edificadas por todo o mundo ocidental e a penetração, no contexto português, do sistema penitenciário como uma ciência de regeneração, associada a outras emergentes preocupações e áreas do saber em expansão como foi o caso do Higienismo, da Saúde Pública, da Medicina Legal, da Patologia Social e da Criminologia. Foram assim publicados trabalhos em Portugal relacionados com estas áreas e que incluíam relações científicas com as modernas penitenciárias. Também neste período se opera uma mudança de mentalidade penal que iria irreversivelmente conduzir à implementação do sistema penitenciário e à materialização das penitenciárias em contexto português, neste caso da de Lisboa. Os obstáculos políticos e financeiros seriam ultrapassados no período da Regeneração, com a política fontista de obras públicas.

Iniciado o maior estaleiro de obras da capital em 1873, no alto de Campolide, inicia-se também um percurso atribulado e controverso de edificação que tem o seu ponto mais alto nos finais do ano de 1878. A gestão danosa e corrupta das obras gera um dos maiores escândalos da época, como poderemos constatar pelos periódicos e pelos debates parlamentares, constituindo uma das causas da queda do governo em 1879. Caído o governo, fica assim aberto o caminho para o ministério de Fontes Pereira de Melo que manda imediatamente realizar uma sindicância parlamentar às obras. As respectivas conclusões levam a que os regeneradores fossem por vezes denominados de forma pejorativa como “*o partido da penitenciária*”.

Inaugurada em 1885, a Penitenciária é uma complexa máquina de contornos industriais para regenerar os delinquentes portugueses. Apesar das mais de duzentas cadeias em Portugal, nenhuma conseguia rivalizar com a sua monumentalidade e complexidade, nem mesmo as duas penitenciárias posteriormente edificadas em Coimbra e Santarém. De entre os vários espaços funcionalistas a monumental capela central assume uma indubitável importância no contexto da arte portuguesa dos finais do século XIX. Estrategicamente localizada no centro de complexo penitenciário radial, a capela foi edificada com elevado luxo artístico, reunindo num mesmo espaço vários materiais e técnicas decorativas como o estuque, o ferro o vidro e o vitral, numa obra de contornos singulares a nível nacional.

Apesar de o complexo punitivo de Campolide constituir uma revolução no sistema prisional português, transforma-se nos finais do século XIX num ponto de discórdia entre

monárquicos e republicanos. Os monárquicos, acusados de conservadores, não permitiam as mudanças propostas pelos republicanos positivistas, do já ultrapassado sistema penitenciário filadélfiano. Apenas com a implementação do regime republicano, em 1910, estaria aberto o caminho para as mudanças, tornando-se a Penitenciária num laboratório vivo das ciências criminais positivistas, pensamento vinculado pelos republicanos. É nesta altura que nela é inaugurado o primeiro posto antropológico nacional e respectivo museu, com a finalidade de estudar, segundo as mais inovadoras técnicas científicas da época, o criminoso e a criminalidade.

Ainda no período da primeira República, seria no campo da política que a Penitenciária de Lisboa se tornaria num dos epicentros de mais uma questão que tomou proporções internacionais, a questão dos presos políticos. As páginas dos periódicos da época relatam o julgamento de centenas de presos políticos que são encerrados na Penitenciária e submetidos ao capuz penitenciário, sistema considerado ultrajante e desadequado, quando aplicado aos crimes de opinião. A Penitenciária de Lisboa, nesta época denominada por vezes como a *Bastilha Republicana*, acaba por se transformar num instrumento de repressão republicano, o que acaba por denegrir a sua imagem enquanto equipamento social fundamental na luta contra o crime, chegando mesmo a ser alvo de ataques durante algumas das revoltas que a capital assiste durante o regime republicano.

Também não pudemos deixar de enquadrar o complexo punitivo na crescente malha urbana da capital. Inicialmente isolada no alto de Campolide como exigiam os princípios penitenciários, aquando dos projectos de Ressano Garcia para alargar a cidade (1887) a monumental Penitenciária é integrada urbanisticamente, delimitando assim o futuro Parque Eduardo VII e criando um eixo paralelo à futura Avenida da Liberdade. De facto, seria em pleno Estado Novo que a existência da Penitenciária iria estar comprometida, consequência dos projectos para o prolongamento da Avenida da Liberdade, a qual deveria ser rematada com um complexo de edifícios monumentais. Paralelamente, a grande revolução Penitenciária estado-novista, as novas tipologias internacionais de estruturas penitenciárias (modelo alemão e americano), a nova estética da arquitectura estado-novista, e a construção dos Palácios da Justiça, foram factores que acabaram por agendar a destruição da penitenciária. Felizmente, a queda do regime acabaria por inviabilizar o processo de destruição sendo reabilitada no período pós 25 de Abril e tendo sofrido vastas obras de consolidação e reabilitação nas últimas décadas.

O período de tempo analisado poderá ser um pouco extenso, mas achámos ser necessário para dar uma perspectiva de conjunto e criar um leque de mais-valias que

valorizem o complexo punitivo enquanto património arquitectónico a ser preservado. Nesta perspectiva, esperamos que ao longo deste trabalho consigamos encontrar respostas para algumas perguntas e levantar outras para futuros investigadores, pois como descobrirão, a Penitenciária não é apenas uma velha cadeia incómoda no alto de Campolide...